CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA E A RESOLUÇÃO Nº 1 DO CADE

Dr. Carlos Francisco de Magalhães

Antes de tudo, gostaria de agradecer a presença dos Srs. para a discussão de um tema bastante específico que é este das concentrações econômicas, dos atos de restrição à concorrência.

Ao verificarmos a presença de tantos interessados sobre questão tão específica da legislação antitruste como essa, percebemos que realmente estamos avançando a passos largos no estudo da matéria antitruste. De fato, há alguns anos, se realizássemos um seminário ou debate sobre um tema tão circunscrito, tenho certeza que não teríamos no auditório mais do que meia dúzia de debatedores e hoje vemos aqui algumas dezenas de interessados, juristas, economistas e empresários do maior gabarito, que vem trazendo problemas e considerações de alta indagação a respeito dessas questões e que, pelo que se antevê, com um aprofundamento do tema que somente em países de alta tradição na aplicação da legislação antitruste poderíamos exigir.

Acho que isso já é resultado do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo IBRAC no sentido de criar em nosso país uma cultura jurídica e econômica sobre o desenvolvimento das relações de concorrência de empresas, para cujo estudo nosso Instituto vem realizando os melhores esforços, dentro do objetivo de que o Brasil venha realmente a praticar uma verdadeira economia de mercado, sem os vícios e as distorções que naturalmente surgem quando não existe uma regulamentação para prevenir e corrigir atos abusivos do poder econômico.

Todavia, esse trabalho não teria sido profícuo sem a aprovação pelo Congresso Nacional da Lei nº 8.884/94 e sem que os organismos encarregados da aplicação da Lei, entre os quais se destaca o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, não viesse realizando de forma tão séria esse trabalho primordial de balizar a conduta dos agentes econômicos e também o trabalho de divulgação e discussão das normas jurídicas atinentes.

Isso demonstra que nossas autoridades não só vem desenvolvendo um correto trabalho preventivo e repressivo no aplicar a lei, mas também um esforço educativo e de esclarecimento no sentido de tornar palpáveis à sociedade os princípios da legislação. Tal esforço não poderia passar sem registro por parte do IBRAC, que neste momento represento.

O tema em discussão nesta tarde, insere-se na função estatal de prevenir abusos nas relações de concorrência, que particularmente a mim, desde 1.979 quando apresentei um trabalho a respeito, a pedido do Instituto de Pesquisas, Estudos e Assessoria do Congresso - IPEAC, que veio a se transformar em projeto de lei, sempre assomou como o mais importante na intervenção no domínio das atividades dos agentes econômicos, isto por que através dessa função, o Estado, examinando para aprovar ou não atos de concentração econômica, está já no nascedouro de eventuais infrações decorrentes da concentração econômica ou restrição à concorrência, examinando, as condutas dos agentes do mercado, balizando-as evitando assim que seja forçado posteriormente a intervir, repressivamente, quando a nocividade dessas condutas anticoncorrenciais já se tenham manifestado sobre a sociedade, às vezes irreparavelmente.

Agradecendo o comparecimento do Dr. Ruy Coutinho do Nascimento e da Dra. Neide Terezinha Malard, o primeiro na qualidade de presidente do CADE e a segunda na qualidade de redatora da Resolução nº 1,

que regulamentou o procedimento de concentrações econômicas junto ao órgão e também do ilustre procurador em exercício do CADE, Dr. Jorge Gomes de Souza, que muito nos honram com o atendimento ao convite para este debate, passo a palavra aos mesmos nessa ordem, para que procedam a uma exposição inicial, ao fim da qual ouviremos alguns especialistas da matéria que já se inscreveram para esse debate, realizando em seguida a segunda parte desse evento após um intervalo, quando aguardaremos pedidos de esclarecimentos e participação de todos que tenham interesse na elucidação de questões oriundas da Resolução referida.

Então, sem demora, passo a palavra ao Dr. Ruy Coutinho do Nascimento.

Dr. Ruy Coutinho Nascimento

Eu queria em primeiro lugar, agradecer mais uma vez ao IBRAC, na pessoa de seu presidente, seus diretores, por essa parceria com o CADE, que já vem exercitando há mais de 2 anos, no sentido do debate dos pontos relevantes da nova legislação, dos aspectos filosóficos que envolve o direito da concorrência e principalmente agora, num debate sobre da Resolução 1 do CADE, que estabelece instrumento ao meu ver, extremamente democrático e translúcido; estabelece não apenas os *Guidelines* para os casos de ato de concentração, bem como introduz alguns mecanismos modernos, como por exemplo, a fase negocial e a possibilidade de reapreciação, obedecidas determinadas condições, dos casos que eventualmente tenham sido negados.

Eu acho que já estamos com a hora bastante adiantada, eu gostaria de posteriormente voltar a conversar um pouco mais com os Srs., mas para já aproveitar o tempo, eu passaria já a palavra de volta ao Sr. Presidente, que

naturalmente irá passá-la a Dra. Neide Malard, que foi a relatora dessa Resolução nº 1, amplamente debatida durante vários meses e que agora gostaria de receber dos Srs., não apenas tirar com os Srs. as dúvidas existentes, mas receber também um *feed back*, de como o mercado está recebendo este documento. Eu voltaria abusar da palavra um pouco mais a frente nesta reunião, muito obrigado.

Dr. Magalhães

Dra. Neide Malard, então já fica consigo a palavra para a exposição geral à respeito da Resolução nº 1, vamos então em frente.

Dra. Neide Malard

Boa tarde, senhores membros da mesa, advogados, empresários e demais presentes.

A Resolução CADE nº 1 surgiu da necessidade de um esquema, de uma metodologia de trabalho para o Conselho. A preparação dos atos de concentração na Secretaria de Direito Econômico nem sempre contemplava a totalidade dos elementos concorrenciais necessários à decisão do CADE.

É importante que se tenha em mente que o CADE é um órgão de Estado, encarregado de defender a concorrência, para a qual é fundamental a questão da estrutura dos mercados. Se não houvesse mercados concentrados, não haveria problemas concorrenciais, e não estaríamos preocupados em aprovar ou desautorizar determinados atos de concentração. Então, partindo-se do princípio de que era necessária uma metodologia de trabalho e importante tornar transparentes para a sociedade e para as partes interessadas os critérios utilizados pelo CADE na aprovação dos atos de concentração,

editou-se a Resolução nº 1. Dá-se, assim, conhecimento do trabalho que se faz no CADE, indicando-se às partes os elementos que serão considerados no exame do pedido de autorização do ato de concentração, muito embora o CADE possa ainda pedir informações complementares.

À primeira vista, a quantidade de informações e de documentos pode assustar. Na verdade, porém, essas informações são imprescindíveis à análise do pedido. A própria ordem em que devem ser entregues já baliza o critério de apreciação de toda a documentação.

Eu dividiria essas informações, por razões meramente didáticas, em quatro grupos. O primeiro seria constituído pelo Capítulo I, que se refere ao modo de entregar a documentação. Os requisitos do inciso I são aqueles exigidos no §3º do artigo 54 da Lei nº 8.884/94. Precisamos de saber o faturamento e a participação relativa das requerentes no mercado relevante para o enquadramento do ato no referido dispositivo. A numeração dos documentos, de acordo com a ordem da Resolução facilita a elaboração do trabalho das requerentes e o exame pelo Conselheiro-Relator.

A apresentação do requerimento deverá ser feita, preferencialmente, em conjunto pelas empresas requerentes; se assim não for, pode ser feita também por apenas uma delas, desde que seja apresentada a pessoa responsável para prestar todas as informações necessárias e fazer os contatos com o CADE. Assim, o Capítulo I da Resolução trata da forma de apresentação da documentação para se cumprir os requisitos da lei.

No artigo 9º, que constitui o segundo grupo, temos o quadro das requerentes. Queremos saber quais são as pessoas jurídicas, as controladoras e as controladas, e qual delas exerce o controle efetivo. Daí os requisitos das alíneas do inciso III. No inciso II, queremos saber quem são os verdadeiros donos, os controladores das empresas requerentes, enquanto que no inciso III, queremos saber o controle que as requerentes exercem sobre outras empresas.

E por que é importante saber isso? Porque é o controle efetivo que vai balizar a concorrência no mercado, pois se duas empresas pertencem à mesma controladora, a cujas políticas estão sujeitas, é evidente que não são concorrentes. Então, as respectivas participações no mercado são somadas, já que não podem ser consideradas concorrentes.

De qual controle estamos falando? Trata-se do controle que a empresa exerce efetivamente, podendo traçar as estratégias a serem seguidas pela controlada. Naquelas sociedades em que há uma pulverização de acionistas, pode-se, muitas vezes, deter o controle acionário com apenas 5% das ações, que é o percentual daquele sócio que participa das assembleias, que vota, que decide e que nomeia diretores e administradores, e que de fato controla a empresa. Então, o que se busca com essas informações é o controle efetivo das requerentes.

No tocante às informações relativas às fusões e incorporações, regidas pela lei das sociedades anônimas, pede-se tudo aquilo que deve ser apresentado para a operação, na forma da Lei 6.604. Pede-se também que sejam apresentados ao CADE os documentos de que a empresa já dispõe ou aqueles que estejam sendo preparados para a operação, na forma da lei. São documentos relativos à saúde financeira das empresas, pois muitas vezes uma das razões por que a empresa está sendo vendida, e que o CADE não necessariamente tem de levar em consideração - é bem importante que se diga isso - é a má saúde financeira da adquirida. Achamos, é claro, que a empresa que está em má saúde financeira deva realmente procurar vender os seus ativos, buscando, de preferência, uma compradora que ainda não esteja no mercado.

A saúde financeira da empresa, tanto da requerente quanto da requerida, deve ser levada em consideração, verificando-se a possibilidade de

serem cumpridas as eficiências alegadas no pedido, conforme especificado no artigo 2º da Resolução.

Tem-se, assim, o quadro jurídico das empresas e a sua situação financeira. Já se sabe quem são os controladores, quem são os controlados, e quem faz parte do grupo ao qual pertencem as requerentes.

Feito esse quadro, passa-se, então, à análise do mercado relevante, através das informações que compõem o terceiro grupo.

Tais informações, que se encontram no Capítulo III, podem ser divididas em informações específicas sobre o mercado relevante, principalmente no tocante ao produto, e informações gerais. As informações gerais dizem respeito à demanda e à oferta e, às vantagens relativas de que dispõem as empresas existentes no mercado em relação às possíveis entrantes. Eu diria, então, na seguinte ordem: que o inciso I diz respeito aos mercados locais e regionais, onde as empresas atuam, no âmbito do Brasil e no Mercosul. Isto porque estamos trabalhando com concentrações econômicas que visam um mercado maior, que é Mercosul. Os agentes que operam no âmbito do Mercosul já terão como concorrentes não só as empresas brasileiras, mas também as que atuam nos mercados do países que compõem aquele mercado regional. É preciso discriminar produtos, quantidades vendidas e preços praticados nos últimos três anos. Pode-se verificar que as informações aqui solicitadas se referem a um período de três, cinco ou dez anos. Esses períodos têm uma razão de ser, tendo sido estabelecidos ou em função do dinamismo do mercado ou de investimentos projetados para um futuro mais distante, como é o caso dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento e novas tecnologias.

Os incisos II e III tratam do produto relevante. Dai precisarmos saber as características do produto e sua utilização. As concentrações econômicas ocorrem em mercados que tratam desde comprimidos - refiro-me

não ao grau de importância do produto, mas a seu tamanho - a navios. Então, precisamos saber o que é cada produto, para que serve, como é utilizado, principalmente quando se trata de matéria-prima. Queremos saber se é um produto novo, se é um produto maduro ou em declínio, porque a evolução do produto afeta a concorrência. Muitas vezes, a integração de empresas em mercados de produto em declínio decorre da falta de interessados em entrar num mercado em que a curva de retorno do investimento já está descendente.

No inciso IV queremos saber a composição do produto relevante; quais são as matérias primas, as peças, as partes e componentes que o integram.

A partir do inciso V, começamos a colher informações gerais sobre o mercado. As primeiras informações são específicas do mercado relevante; a partir do inciso V, temos eu informações mais gerais do mercado relevante. Nós queremos saber como é que está funcionando aquele mercado em termos de importações, pois às vezes as próprias empresas alegam que não existem barreiras para o produto estrangeiro, que concorre com o nacional. Então é necessário saber o grau de concorrência entres esses produtos.

É muito importante que se leve em consideração que a concentração econômica não é ilegal. Uma concentração econômica que ocorre em um mercado onde não existem barreiras não traz problemas à sua aprovação. O que leva à não aprovação de um ato de concentração não é a sua ilegalidade, mas o fato de ser o mercado altamente concentrado e resistente à entrada de novos concorrentes, por uma série de fatores. As informações solicitadas pelo CADE servirão para fundamentar uma decisão favorável ou não à concentração.

O CADE poderá ser acusado, por exemplo, de autorizar um ato de concentração entre duas empresas que chegam a deter 60% no mercado. Bem, quem conhece um pouco o Direito da Concorrência sabe muito bem que as

estruturas são dinâmicas; elas não ficam estagnadas ao longo do tempo. Onde houver possibilidade do empresário entrar e fazer o seu lucro, ele vai se arriscar. Então, é pequena a possibilidade de uma empresa atribuir a seu produto um preço muito elevado quando opera em um mercado que não tem barreiras. A teoria econômica nos ensina que a empresa em um mercado concentrado sempre manterá um nível de preço para desencorajar concorrentes novos, quando não existirem barreiras, pois quer manter a sua posição. Se cobrar um preço muito elevado no mercado onde não existem barreiras, a concorrente potencial vislumbrará a possibilidade de bons negócios e entrará. Essa entrada tende a reduzir o lucro da empresa pré-existente.

Por não ser a concentração ilegal per se, e pelo fato de que determinados mercados concentrados possibilitam uma razoável concorrência, ainda que potencial, somente a análise desses elementos possibilitará a caracterização do mercado relevante e o impacto sobre ele do ato de concentração.

Às empresas não está sendo pedido nada sem uma razão específica. Não se está pedindo qualquer informação inútil. Ao contrário, são informações de grande utilidade, cuja organização e análise facilita até a justificação das eficiências.

No que diz respeito à demanda, queremos saber como ela tem-se comportado no mercado interno, nos últimos três anos; qual a avaliação que as próprias requerentes fazem quanto à expansão ou retração da demanda. Portanto, é importante a identificação, por setor econômico, dos compradores de cada produto, pois muitas vezes é preciso analisar o que está acontecendo com o setor econômico que consome o produto. No caso, por exemplo de auto-peças, é muito importante saber o perfil dos compradores; se são compradores nacionais ou estrangeiros; se o produto se destina ao mercado

de reposição ou ao de montadoras. O perfil da demanda é muito importante para se estabelecer o mercado de concorrência.

Depois, temos os quesitos que dizem respeito à competitividade internacional. Sabe-se que numa economia global - e este tem sido um dos grandes argumentos que as empresas têm apresentado ao CADE -é importante crescer para se ter competitividade internacional. Então, o que nós queremos saber é exatamente como que essa empresa está se comportando no mercado internacional; o quanto ela exporta e a que preço. Podemos, então, comparar seus preços nos mercados interno e externo, estudando as eventuais discrepâncias que possam existir, até mesmo para autorizar uma concentração e levar ao conhecimento das autoridades encarregadas das políticas tarifárias os problemas concorrenciais que as tarifas possam estar causando. Enfim, essas informações são importantes até para os próprios formuladores de política econômica no País.

Verificam-se, também, as vantagens que as empresas que já estão no mercado detêm em relação a seus concorrentes potenciais. E como se pode fazer isto? Examinando-se o grau de verticalização das empresas e dos serviços que contratam com terceiros.

Também no sistema de distribuição e de vendas, ou nos descontos podemos encontrar problemas concorrenciais de natureza vertical, em relação à concorrente potencial. Todos esses elementos são por nós levados em consideração na análise de barreiras.

A partir do inciso XVI, passa-se à questão das eficiências. Uma das eficiências que a lei coloca diz respeito ao desenvolvimento tecnológico. Esse desenvolvimento tecnológico é aferível a partir da situação do produto no mercado nacional comparada àquela do mercado externo. Vamos ver se realmente a empresa está disposta a efetuar investimentos em tecnologia ou em melhorar a sua performance tecnológica, a partir das informações

requeridas nos incisos XVII, XVIII, XIX e XX. São informações que dizem respeito ao desenvolvimento ou à performance da empresa no campo tecnológico, em termos de pesquisa e desenvolvimento. O mesmo pode ser dito quanto aos requisitos dos incisos XXI e XXII. Verificam-se não só as tecnologias que as empresas detêm, mas ainda como elas fazem uso dessa tecnologia; se é explorada ou cedidos os direitos de exploração a outra empresa; qual o grau de concorrência que existe entre as empresas que recebem essa tecnologia; até que ponto a empresa cessionária recebe essas tecnologias sem restrições para poder explorá-las, promovendo o desenvolvimento tecnológico e econômico do país.

A informação pedida no inciso XXIII refere-se ao contexto mundial. O que queremos saber é o que está acontecendo com o mesmo setor no contexto global. Muitas vezes as requerentes alegam que há uma tendência concentracionista. É importante, então, verificar se tal tendência existe realmente, para alinhar o Brasil com o resto do mundo, possibilitando que as nossas empresas se tornem competitivas numa economia global.

No inciso XXIV queremos saber a história do mercado, o que tem acontecido no mercado durante um período razoável, que é de cinco anos.

Daí até o final, nós fazemos uma das análises mais importantes, que diz respeito aos elementos relativos a barreiras à entrada de novos concorrentes, que compõem o quarto grupo. O que nós queremos saber do inciso XXV até o XXXI é se há possibilidade de entrada de novas concorrentes no mercado. Se se trata de um mercado concentrado sem barreiras, estamos diante de um mercado potencialmente concorrencial e, nesse caso, não há razão para se negar um ato de concentração.

Pode-se afirmar que as informações estão estruturadas para, num primeiro momento, se aferir o produto relevante, o mercado relevante, o grau de substitutibilidade. Depois, faz-se a avaliação do mercado onde poderia

ocorrer o problema concorrencial. Em seguida, verificando-se a questão das tecnologias e eficiências. E, finalmente, as questões relativas às barreiras.

Eu não sei se os Senhores teriam alguma dúvida em relação aos procedimentos. Eu acho que eles estão claramente definidos, mas se houver alguma dúvida, sugiro que seja dirimida por ocasião dos debates.

Muito obrigada pela sua atenção.

Dr Magalhães

Muito obrigado a Dra. Neide Malard pelos esclarecimentos. Dando seqüência passo a palavra ao Dr. Pedro Dutra.

Dr. Pedro Dutra

Sr. Presidente do CADE, Ilustre Conselheira, Ilustre Procurador Geral, meus colegas do IBRAC e demais colegas advogados. Eu não vou fazer observações específicas sobre as normas que esse regimento vem estabelecer, mas gostaria de tentar delinear o quadro em que esse regimento veio se inscrever.

O legislador ao dispor na Lei 8.884/94 as normas principais da concorrência, como não poderia deixar de ser, não se preocupou em detalhar os procedimentos que fazem parte do mundo jurídico do direito de concorrência. Esses procedimentos ficaram a cargo do órgão máximo de defesa da concorrência, que é o CADE, estabelecer, e este regimento, que tomou o número 1, é o primeiro exemplo disso. Quando se fala em algum regimento, em regulação exercida por órgão público - e o CADE é um órgão público - a primeira reação sentida é de temor, temor que acrescenta a nossa negativa tradição burocrática. Assim, não é de se espantar que tenha havido,

que possa ter havido, algum temor à vista de mais um regulamento, à vista de mais um conjunto de normas baixado por um órgão público.

No meu entender - e eu vou me ater a esse ponto - não se pode, não há razão para haver temor ante esse regimento, que nós hoje estamos aqui reunidos para analisar. Ao contrário, é de se louvar a edição do regimento que vem de ser baixado pelo CADE: primeiro, porque ele inova, na matéria que trata, o direito brasileiro da concorrência; e, depois, porque o faz pela melhor forma. Os órgãos de defesa da concorrência norte-americanos, aí incluída a associação dos procuradores da república daquele país, entre 1982 e 1992 baixaram quatro atos específicos regulando a submissão aos órgãos de defesa da concorrência dos atos de concentração; somente o último desses atos, baixado em conjunto pelo *Department of Justice* (Ministério de Justiça) e pela *Federal Trade Commission*, soma vinte e três laudas compactas de instruções que as empresas devem seguir, ao submeterem atos à apreciação daqueles órgãos.

Hoje nós estamos assistindo a uma exposição sobre um ato brasileiro, baixado por um órgão público brasileiro de defesa da concorrência, que é muito mais sintético, muito mais apropriado do que o ato baixado por seu congênere norte-americano. E nos Estados Unidos o que se deu, mesmo tendo-se lá uma norma complexa? O que se deu é que tais atos, que vêm sendo sucessivamente baixados, como guardam coerência entre si, permitem - mesmo com a complexidade que exibem - aos consulentes ter aquilo que se espera de um ato baixado por um órgão público com poderes de fiscalização: segurança. Ora, se lá nos Estados Unidos isso se alcançou, mesmo com atos de grande complexidade, no nosso caso não há razão para que nós tenhamos não haver segurança igual, em face do regulamento n. 1.

Acredito que esse regimento é transparente, ele é claro, e a exposição da Dra. Neide o deixou ainda mais claro, e isso nos dá, aos

advogados e aos empresários que dele vão fazer uso, uma grande segurança. Essa segurança deduz-se da forma do regimento: o órgão público diz aquilo que ele quer do administrado e estabelece como deve o administrado proceder para cumprir a exigência. Essa prática é sempre reconfortadora no direito administrativo brasileiro. A transparência é justamente isto: que o órgão público exista para proteger o administrado, inclusive do Estado ao qual ele, órgão, pertence. Essa é a tradição sadia dos órgãos públicos, ou seja, eles protegem o cidadão contra o Estado e contra outros cidadãos, sem prejuízo do exercício de seu dever legal. Nós temos visto recentemente na administração pública brasileira alguns órgãos públicos procederem de forma oposta: baixam eles atos que são herméticos, que são fechados e que acabam por colocar o administrado numa posição de insegurança perante a administração pública. No regimento n.1 estão identificados todos os documentos que precisam ser arrolados, todas as informações a serem prestadas. Esse fato é extremamente positivo, ainda que se saiba que o regimento não evitará dúvidas, não resolverá todas questões antecipadamente; mas isso não poderia ser feito porque, diversamente de outros ramos do direito, é no direito econômico que encontramos um dinamismo extraordinário, tanto conceitual, digamos, quanto factual, porque o próprio direito econômico, com sua tipificação aberta, roda em torno do dinamismo dos empresários, e considera, a sua vez, cada caso em si, mesmo dentro de iguais mercados, pois cada empresa tem a sua peculiaridade, cada empresa tem os seus traços que imprime à sua atividade e aos seus produtos e serviços. Então, por mais detalhado que tenha sido, por melhor que este ato seja, e eu creio que é muito bom, ele não pode resolver todas as questões.

Para concluir: primeiro, é um ato que me parece de boa qualidade técnica e de grande oportunidade de política administrativa, da boa política administrativa, ou seja, aquela que segue lisamente os princípios

constitucionais, entre outros o que vincula a administração pública a dar publicidade a seus atos; nesse sentido este ato cumpre à perfeição esse princípio constitucional. E, depois, com esse ato o órgão público aproxima-se do administrado, ao claramente dizer o que quer e para que quer, assegurando ao administrado uma ação sem sobressaltos. E o que se espera do Estado? É que ele dê ao administrado, ao contribuinte enfim, tranqüilidade e não sobressaltos.

A história brasileira está cheia de sobressaltos causados aos cidadãos e aos contribuintes pelo Estado por intermédio de seus órgãos; parece que agora, de uma maneira geral, caminha-se no sentido inverso. O Estado, por meio de seus órgãos administrativos, passa a ser um instrumento de segurança dos cidadãos.

Portanto, a minha avaliação dessa norma baixada pelo CADE é de tranqüilidade, de transparência e de estímulo à economia de mercado, que é um princípio constitucional e não uma ideologia transitória. Era isso o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

Dr. Magalhães

Muito obrigado pela exposição. Chamaremos então o Dr. José Del Chiaro.

Dr. José Del Chiaro

Sr. Presidente do CADE, Dr. Ruy Coutinho, Sra. Conselheira Dra. Neide Terezinha Malard, Dr. Jorge, senhores colegas do IBRAC, senhores advogados.

Eu pretenderia falar um pouco menos do ato, mas mais do que o ato baixado pelo CADE representa para nós.

Nesse momento em que nós estamos hoje, no Brasil de uma efetiva transição, de uma economia dirigida para uma economia de mercado, a falta de vivência com relação à intervenção que é dada pelos órgãos, poderíamos dizer regulatórios da economia do mercado, surge bastante complicada.

De um lado tivemos o renascer dessa legislação antitruste, pós um período no qual os empresários tinham os seus preços acordados no CIP e que o próprio governo estimulava as concentrações de empresa, em órgãos como o COFIR, um renascer, não decorrente de uma vontade de implementar uma política concorrencial, mas advindo de uma intenção de deturpar a finalidade da legislação antitruste, como um medida legítima de se intervir numa economia para controlar preços. O papel principal da tutela e da orientação da legislação antitruste, permissiva da intervenção para avaliar se aqueles atos seriam danosos ou não ao mercado, estava assim escapando da sua finalidade maior, e a interpretação dada por todos, era essa lei veio para controlar preços, ela faz parte de um pacote, ela pega!

E o fato é que com o trabalho que vem sendo desenvolvido, tanto pela SDE, como muito especialmente pelo CADE, uma jurisprudência e uma doutrina vêm se firmando e a maturidade dessa matéria começa despontar exatamente pelos votos que aconteceram, pelas decisões que surgiram, que para muitos espantou mas que na realidade para aqueles que estão acostumados a uma vivência de economia de mercado, um país liberal, numa economia moderna, ela na realidade nada mais é do que a decorrência natural.

No atinente a esse ato, propriamente dito, seria importante verificar que na mesma medida em que esse ato solicita informações dando realmente as diretrizes que devem ser observadas num ato de consulta, ele também informa o âmbito da análise, o universo da análise que pretende ser

empreendida pelo CADE. Nesse sentido quando se solicita informações relativas a mercado internacional, a forma de operação desses mercados no exterior, a condição de importação ou não de mercadorias, a chamadas barreiras técnicas, ou barreiras político “técnicas”, aquelas formas de atuação do mercado, está o CADE reconhecendo que o escopo da sua análise também deverá ser maior do que o próprio mercado brasileiro. Nós temos aqui de fato um reconhecimento através desta decisão do Conselho que aprovou o ato de que hoje existe uma economia global!

Na medida em que os atos e informações que devem ser transmitidos ao CADE, eles são de fato atos e informações não apenas do mercado brasileiro, mas eles alcançam fatos de mercado alienígena, dando de fato dimensão e a importância da análise para o CADE. Tanto para proteger a indústria nacional, como para proteger o mercado.

Outro aspecto que eu acho que deve ser bastante ressaltado é que nós estamos falando muito em concentração econômica e esse ato disciplina o artigo 54 como um todo, que é mais do que um ato de concentração e sobre isso eu acho que é bastante importante, depois os senhores conselheiros poderem tecer alguma consideração. Sejam esses atos meros contratos de distribuição, sejam esses atos contratos de prestação de serviço, qualquer ato em si, que possa direta ou indiretamente, como diz o caput do artigo 54, alcançar a liberdade de mecanismo de mercado.

Já que estamos citando alguns aspectos, eu acho que merecem uma elucidação, seria importante depois obter esclarecimentos com relação a dependência ou não na questão da distribuição das consultas, quando o CADE for distribuir esta consulta aos Conselheiros, se já estiver ocorrendo um processo administrativo e alguma análise relativa a um ato de concentração, tiver que ser colocada ?

Seria interessante também obter um esclarecimento maior, um detalhamento com relação à atos pretéritos, o que pretende especificamente o CADE analisar, quais os atos que ele busca anteriores, aos cinco anos anteriores ao momento de formulação da consulta.

Nós estamos tratando daquele mercado relevante específico ou nos referimos a todo um contexto de uma empresa, que pode ser uma empresa atuando em “n” mercados relevantes. Acho que também comportaria um maior esclarecimento, a questão das penas para quem não fizer a consulta, ou o que fazer uma empresa que de fato concentrou ou teve atos que deveriam ter sido submetidos e não o fez, se ela pode, deve fazer a consulta ou deve permanecer silente e isto indiretamente esta caracterizando uma potencial, para usar um termo da área, barreira a futuras concentrações por não ter “regularizado a situação pretérita”.

Sentiria também necessário alguns esclarecimentos com relação a segurança das informações que são prestadas no âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, informações estas, na maioria delas que isoladamente são públicas, sejam mediante notas fiscais, sejam mediante outras declarações, mas que no instante em que colocadas de uma forma harmônica e sistematizada podem representar para o concorrente desta empresa, ou terceiros interessados em informações da essência do negócio de seu concorrente, uma ferramenta bastante útil e perigosa à empresa consulente.

É uma questão da confidencialidade, eu acho que deveria também comportar algum esclarecimento, algum detalhamento. Mas o que fica aqui o que é mais importante, para encerrar e atender a pedido Dr. Magalhães é um voto de confiança, confiança que a legislação antitruste vem se consolidando, confiança de que o CADE vem desempenhando o seu papel com maturidade e com seriedade e que este ato de fato demonstra que a política da concorrência

é algo que veio para ficar e não apenas para instrumentalizar um plano econômico, como parte de um pacote que vem e que vai, muito obrigado.

Dr. Magalhães

Obrigado, Dr. Del Chiaro, pela participação, pela colocação de temas de muita importância que deverão ser discutidos na segunda parte. Passo a palavra para Dr. Tércio Sampaio Ferraz.

Dr. Tércio Sampaio Ferraz

Os meus cumprimentos à mesa. Pretendo encaminhar rapidamente algumas observações.

Chamaria a atenção inicialmente para um dado que foi mencionado pela Dra. Neide, mas que me parece digno de um relevo especial, relativo aos procedimentos. Nos procedimentos criamos uma possibilidade de análise preliminar sobre as transações (artigo 12 da Resolução) com base em documentação entregue, da qual se dará vista aos demais Conselheiros, ao Procurador Geral e às requerentes. Quando o relator se manifestar no prazo que lhe for assinalado, isso me parece algo que tenderá a modificar provavelmente o sentido dos procedimentos e fará com que o CADE, em relação aos atos de concentração, por exemplo, venha aos poucos assumir uma posição um pouco diferente da que, por conta da própria fineza da Lei, acabava assumindo, certamente, em muitos casos, a contra gosto.

O processo de concentração não é um processo em que, a meu ver, o Conselho se coloque em relação aos administrados como uma espécie de juiz; quer dizer, não há propriamente um julgamento. Existe no final, obviamente,

como se trata de um Conselho, a coleta de votos a respeito do ato em vista de uma decisão que vai ser tomada colegiadamente, mas não há propriamente um julgamento “stricto sensu”. Quer dizer, não estamos tratando aqui de infrações, não existe em princípio, partes opostas. O que existe é o interesse do mercado e o interesse das partes que pretendem realizar um ato de concentração e que provocam o CADE para obter a sua autorização para um ato qualquer seja a organização de uma rede de distribuição, seja uma fusão, uma “joint venture” etc.

Neste sentido, essa abertura me parece extremamente positiva. Aliás, esse me parece o sentido da própria Lei nesse ponto, o dever de a autoridade pública abrir-se para o interesse do mercado e daqueles que estão dele participando, e naquele momento orientar a realização de algum ato. Nesse sentido, esse diálogo que pode ser estabelecido entre administração e administrado evita que os interessados procurem a autoridade, quase que como tentando adivinhar o que será que eles deveriam dizer para obter uma resposta positiva. Nestes termos, é importante haver essa clareza e esse diálogo disciplinado desta forma límpida como está no artigo 12. As coisas ficam claras, quer dizer, tudo se fará às claras, e se fará por força mesma de uma Resolução, o que trará uma renovação para os procedimentos relativos ao art. 54 da Lei nº 8.884/94.

Outra questão que me parece importante, mas aqui eu a trago como uma possibilidade de discussão, e, certamente, em parte endereçada ao nosso Procurador, refere-se à fórmula pela qual a Resolução estabelece as suas normas, e ao entendimento a que isto possa conduzir.

Obviamente, como se trata de normas, todas elas têm um sentido prescritivo, ostensivo: as requerentes deverão apresentar, o requerimento será apresentado, etc. Esta forma prescritiva ostensiva, pode levantar algumas dúvidas, agora do ponto de vista jurídico, a respeito do modo como a

autoridade pretende encarar essa forma prescritiva. É óbvio que haverá casos evidentes em que, por exemplo, esse rol de documentos não poderá ser apresentado totalmente. Portanto esta fórmula prescritiva (as requerentes deverão apresentar os documentos abaixo relacionados) vai levar implicitamente à possibilidade de um juízo, próximo à equidade, portanto a um balanceamento, sobre o que pode, eventualmente, ser dispensado. Mas, na forma como está aqui, pode também me levar ao inverso, entendendo-se que ou as empresas os apresentem, inclusive nesta ordem, nesta forma ou não será aceito. Trata-se da questão da formalidade do ato de requerimento e da sua repercussão administrativa.

Como é que a autoridade vai entender isto? Vai ser rígida e dizer não, tem que ser nesta ordem e com todos esses elementos ou nós vamos agir de tal maneira que alguns pontos serão relevados, em nome do que se poderá de fato oferecer, aceitando-se simplesmente uma declaração da empresa de que tal e tal informação não existe ou não há como ser obtida. As informações, às vezes, se referem ao mercado internacional, muitas empresas (empresas médias) não têm acesso a isso etc. Isso pode levar a uma dúvida a respeito de quais são os critérios para aceitar a palavra ou não da empresa, podendo tratar-se de informações que, aparentemente, seriam razoavelmente obtidos fora do país, por exemplo, mas que não há como obtê-las. Qual é o critério, de um ponto de vista jurídico, que pode ser usado para que a administração possa contemporizar. O critério será encontrado de caso para caso, ou isto vai ser conduzido por regras gerais? Essa é uma pergunta jurídica que pode ocorrer e se não ocorrer diretamente aos Conselheiros do CADE, já vem ocorrendo aos advogados que trabalham no setor, e que os próprios empresários formulam.

Ainda uma questão que me parece relevante nos procedimentos está ligado a alguns itens que o Dr. Carlos Francisco de Magalhães já levantou.

Existe obviamente alguma teoria, aliás na própria relação das informações, e alguma experiência que vem por de trás da sua elaboração. Quando se fala em 5% (art. 9º, III, “a” da Resolução), alguma coisa existe aí por de trás; quer dizer, acho que a pergunta de fato suscita não dúvidas, mas pelo menos alguma curiosidade. Por que a opção por esse, não por outros critérios? Conversava agora com o Dr. Pedro Dutra que me lembrava que, se, por exemplo, a questão é para apreciar a possibilidade de controle de fato, se eu tiver uma situação, uma empresa com 48%, a outra com 48%, a terceira, dependendo do acordo de acionistas, esta poderá perfeitamente ter domínio com o que resta.

Portanto os 5% para que servem? será que é para isso, ou existe alguma outra experiência, alguma outra teoria aí por de trás?

Na mesma linha provavelmente teremos da parte de empresários alegações de dificuldade em casos de perguntas que levam a uma extensão muito grande relativa aos relatórios, principalmente quando falamos em controladores que não estão no país. Muitas vezes tem-se impressão de que, se isto não seria problema para a empresa que está no país, as multinacionais têm no entanto dificuldades. Nem sempre a empresa que está no Brasil tem esses dados relativos à controladora e se nós olharmos de fora, vamos ver que mesmo lá esses dados não estão assim tão facilmente à mão. Isto pode realmente criar uma dificuldade, daí a minha pergunta. Quer dizer, entendo o objetivo, se isto fosse possível de se obter rapidamente, mas sei que isto certamente trará algumas dificuldades e algumas resistências inclusive, da parte dos empresários, e lembro nesse momento que advogado nenhum manda na empresa, ele tem que se ater a observações do tipo: eu não tenho, eu não posso arranjar, não posso fazer nada etc. e é difícil para o advogado às vezes exigir, porque a explicação falta. Neste sentido, pois, algumas das exigências podem trazer algumas dificuldades nessa direção. Muito obrigado.

Dr Magalhães

Temos ainda o Dr. Franceschini.

Dr. Franceschini

Muitas das dúvidas que surgem no dia-a-dia já foram abordadas com muita propriedade. Assim, seria desnecessário rememorar-las; porém, vale a pena abordar algumas delas.

Em primeiro lugar, gostaria de salientar que o objetivo desta Resolução é muito louvável, pois é necessário que haja conhecimento por parte dos agentes econômicos e do empresariado quanto à forma como o CADE pretende agir, e mais do que isso, como ele pretende se pautar perante as fusões e incorporações.

A Resolução nº 1 (CADE) traz uma orientação de como a legislação antitruste deve ser aplicada nos casos de fusões e incorporações, trazendo ao empresariado os documentos essenciais a serem apresentados, para apreciação dos pedidos.

.....realidade do mercado, realidade histórica e econômica do país. O fato entretanto que eu me permito, Sra. Relatora e Sr. Presidente, a me fazer sugestões que poderão ou não ser de alguma utilidade, mas que eu tenho visto no empresariado como temor ou como dúvidas para um eventual cogitação. Evidentemente, o grande número de questões, informações que são exigidas nessa Resolução causam alguma perplexidade, em questionário que me parece que o CADE não estaria aguardando que o empresário apresente todas essas informações com a minúcia que elas exigem, muitas vezes, porque elas são verdadeiramente inaplicáveis, nós temos casos, isto é facilmente verificável nas hipóteses de empresas que tem dois, três mil itens de linhas de produção

das mil variedades comensurável, seria quase impossível apresentar todas essas informações sobre todas essas linhas com relação a empresas que fazem parte de conglomerados, apresentar as informações em relação a todas as empresas, mesmo aquelas que nada tenham a haver com o ato de concentração em si, ainda que implicitamente, de qualquer maneira, também muito menos aquelas informações se referem a concorrentes, porque na medida que a empresa tenha todas as informações que são exigidas sobre o concorrente, eu creio que o CADE imediatamente instauraria um processo por caracterização, porque isso seria a prova provada de que haveria um cartel. Mas talvez para uma segunda versão da Resolução se possam estabelecer os casos, por exemplo, os casos de isenção, caso existam evidentemente, casos de isenção, apresentação de pelo menos, senão todos, pelo menos de quase todas as informações, à exemplo do sistema norte-americano, por exemplo, nós poderíamos estabelecer duas fases, ao invés de se apresentar logo de início toda esta documentação, haveria uma solicitação uma documentação mínima, a partir de cujo exame, surgiria necessidade de uma complementação já prevista na própria Resolução, nos Estados Unidos nós temos o que se chamam de “*Second Request*”, se apresenta uma informação básica, principalmente quando aquela concentração exige um estudo mais aprofundado que demanda apresentação de documentação complementar. Pediria também uma consideração, como foi muito bem abordado pelo Dr. Del Chiaro, uma apreciação de casos de atos, condutas restritivas de mercado, e que evidentemente, não estão enquadradas nesta Resolução, o que tem causado uma certa dificuldade em muitos empresários, pediria também uma consideração de eliminação, talvez de alguns pequenos pontos que assustam o empresariado, como por exemplo, questões burocráticas que foram introduzidas, exigências de cópias autenticadas, procurações por instrumento público, traduções oficiais, há uma tendência natural no Brasil à uma

formalização, talvez excessiva, que pudesse ser contornada com facilidade e esta tendência ela se agrava com o tempo, eu tenho visto em casos concretos, em que o próprio Ministério da Fazenda à luz já da Resolução nº 1 está encaminhando às empresas consulentes, exigências com o seguinte teor, embora a documentação, as vezes, já esteja extensa, cumpra-se a Resolução nº 1. Ponto. Não se diz nem qual é a documentação que está sendo exigida, talvez um pouco de informação no próprio âmbito do Governo sobre a finalidade e objetivo desta lei. Já se antecipa, já se antecipa não, já se fala que o próprio Ministério da Fazenda está fazendo a sua própria “listinha”, que o Ministério da Justiça já está fazendo a sua própria “listinha”, talvez um esclarecimento sobre a necessidade de determinadas informações, as razões, as motivações, pudessem ser objeto de alguma consideração. Evidentemente, a questão da confidencialidade é algo que preocupa sobremaneira, fica aí uma sugestão de emprego da legislação, da metodologia da legislação do GATT, por exemplo, que estabelece a possibilidade de oferecer alguma documentação de natureza confidencial acompanhada de um resumo, por exemplo, de um resumo de dessas informações e das razões da confidencialidade destas informações, de tal forma que o empresário, eu tenho casos em que o empresário me diz: indicar a capacidade ociosa dos meus produtos no instrumento, num processo de natureza pública eu não farei jamais, porque isto é uma informação preciosa para a concorrência, isto causa uma certa preocupação. E um pequeno detalhe que eu sugeriria também é um esclarecimento quanto ao *cômputo* do prazo para início do processo, há uma grande dúvida no empresariado quando é que este prazo se inicia, seria quando as partes ainda estão numa fase de intenções, seria uma fase já de elaboração de algum contrato, ou seria uma fase do efetivo fechamento do negócio, a partir de que momento, porque isso tem uma repercussão pecuniária séria, especialmente para as empresas mais visíveis, isto traz

dificuldades muito grandes, na medida em que elas não tem condições, muitas vezes, de elaborar todo esse conjunto de informações num prazo exíguo de 15 dias, há não ser que se conte por exemplo, a partir do fechamento da operação. Mas isso são detalhes que eu pediria à atenção do CADE para que haja maior tranquilidade do empresariado na apresentação desses processos e um maior esclarecimento dentro do próprio âmbito do Governo, como já salientei, processos que estão em andamento podem ter o seu curso sobrestado em função de uma falta de informação dentro do próprio âmbito do Governo. Isso que eu queria dizer, muito obrigado.

Dr. Magalhães

Passo a palavra agora ao Dr. Mauro Grinberg que encerrará esta primeira parte.

Dr. Mauro Grinberg

Senhores. membros da mesa, senhores, eu quero trazer a lembrança aqui de um evento patrocinado pela *Fundação Adenauer*, em que um cidadão levantou-se e trouxe a recordação, pelo antigo CADE, de um ato de concentração de duas empresas. Esse ato de aprovação pelo CADE ocorreu na época em que eu tive a sorte de ser dele Conselheiro. Essa aprovação, porém, foi entendida não apenas pelos interessados como também por toda a sociedade de uma forma equivocada. Ante a recordação desse cidadão, o Dr. Rui Coutinho, integrante da mesa naquela ocasião, apontou para mim e indiretamente provocou a minha participação. Eu tive que fazer referência ao fato de que aquela associação na verdade havia sido feita com o objetivo único de exportar. Internamente elas continuariam a concorrer entre si, ou

pelo menos em tese é o que ficou dito no processo. Houve um grande mal-entendido de todos, da imprensa, dos advogados, dos economistas, das próprias empresas, e é este tipo de mal-entendido que se vai evitar com essa Resolução que está aqui. Se ela tem defeitos, eventualmente os tem, tem um grande mérito, uma grande qualidade, que é dar maior transparência ao processo.

Mas eu quero trazer aqui também uma perplexidade, que nem chega a ser uma dúvida, ligada às hipóteses de atos de concentração de empresas de vocação internacional, aquelas de cujos ramos existem poucas no mundo todo, empresas que necessitam de uma enorme escala para sua viabilidade. São empresas com vocação internacional e que tem ramificações em todo o mundo, sobretudo nos países do Mercosul. em matéria de atos de concentração econômica, qual o mercado relevante a ser analisado, será o brasileiro, será o internacional, será o do Mercosul, como nós escolheremos a autoridade que vai aprovar uma ato de concentração econômica? Nós poderemos preferir aprová-lo, por exemplo, no Paraguai. Esta é a perplexidade que eu trago aqui. Muito Obrigado

Dr. Magalhães

Antes de encerrar esta parte dos trabalhos desta tarde, gostaria de fazer algumas colocações para que a mesa leve em consideração nos debates da segunda parte do evento de hoje.

A primeira questão é sobre a extensão da Resolução nº 1, isto é, se a mesma visa apenas às concentrações econômicas, sejam horizontais ou verticais, ou se visa todos os atos de restrição à concorrência; coloco essa dúvida em face da forma como foram redigidas as exigências na Resolução, inclusive em vista do rol dos documentos necessários; gostaria de observar se

seriam necessárias tantas informações para exame de casos de atos restritivos à concorrência extremamente simples como cláusulas de exclusividade onde não há modificação estrutural da concorrência no mercado relevante ou mesmo em casos de concentrações de mercados relevantes regionais, como por exemplo de supermercados, farmácias, etc., abrangendo até bairros de uma cidade ou pequenos municípios, que porém constituem mercados relevantes em vista dos produtos distribuídos.

Outra dúvida que também gostaria de colocar é sobre a fase negocial que vem sendo bastante enfatizada pelos expositores: quando vai se dar, se numa primeira fase de saneamento do processo, na fase final de decisão ou apenas se for determinada uma desconstituição ou se decidir pela não aprovação. Ainda nesse tema, indago como é que se passaria essa fase de negociação, qual o seu âmbito e objetivo admissível, já que não me parece bastante claro o texto sob discussão nessa parte.

Outra questão surge quando se fala em levar ao CADE “os atos sob qualquer forma manifestados” : aí está se referindo a transações apenas ou a transações que objetivem a restrições econômicas ou restrições à concorrência; parece-me que no texto está elíptico, em seguida à “atos” a qualificação “restritivos à concorrência”.

Outra colocação: quando se fala em participação relativa de cada empresa no mercado, estaria a Resolução se referindo à participação com base em faturamento ou com base em volume físico ou quantidade; parece-me que o segundo critério é o mais correto e vem sendo universalmente aceito, uma vez que o critério de faturamento, nas mais das vezes, leva a inúmeras distorções, já pelo fato de que os líderes de mercado em geral tem preços mais altos que os demais concorrentes e, então se fosse se fazer a medição do *market share* através do faturamento este seria distorcido pois essa líder do mercado teria uma participação maior do que na realidade tem.

Enfim, a questão colocada pelo Dr. Franceschini, sobre serem públicas ou confidenciais as informações apresentadas, também me parece um tema que exige certa reflexão, visto que existem realmente algumas informações que me parecem pertencer ao arquivo íntimo do agente econômico e que deveriam ficar fechadas dentro do processo, ao alcance apenas das autoridades públicas que tem o dever funcional de sigilo. Lembro a propósito que na Comissão Europeia não são publicados dados de produção e participação de mercado de forma exata, visando resguardar essa confidencialidade. Nas revistas que contem decisões sobre concorrência da União Europeia se coloca com três pontos ou asteriscos esses dados ou então os mesmos são expostos, para se poder entender o contexto, “entre tal número e tal número” ou “entre tal percentual ou tal percentual”.

E, finalmente, gostaria de chamar a atenção dos presentes para a natureza dessa resolução ou seja, se consiste apenas em *guidelines* como entendemos ou se é uma verdadeira prescrição, questão muito bem colocada pelo Dr. Tercio na sua exposição; a questão é extremamente importante pois se se tratar de uma prescrição obrigatória, não a cumprindo o requerente nos 15 dias legais, estaria talvez até cometendo uma infração por não ter levado o pedido de registro devidamente fundamentado no prazo legal. Aliás, acho que é muito importante se colocar essa questão e discutir abertamente, porque há uma grande dificuldade em se obter certos dados previstos na Resolução especialmente em casos de menor importância, como por exemplo uma pequena concentração de supermercados, onde o agente não tem como saber qual seja o grau de concentração de empresas de distribuição de alimentos no exterior, ou de casos em que se trata de empresa genuinamente nacional que não tem acesso a informações do ramo fora do país.

São esses pontos, em especial, que gostaria de colocar à mesa, alguns deles já levantados em diferente ótica pelos colegas que me

antecederam, os quais me parecem oportunos serem examinados na segunda parte do evento.

Dr. Laércio Farina

Dr. Magalhães pediu que assumisse a mesa. Vamos dar a palavra, primeiramente ao Dr. Ruy Coutinho para que se manifeste sobre as observações feitas na tribuna e em seguida a Dra. Neide Malard e ato contínuo passaremos às perguntas dos Srs.

Antes porém eu gostaria de fazer um anúncio que após a realização deste evento o IBRAC deverá editar um número especial da revista do IBRAC no qual constarão os Mergers Guidelines do FTC e DOJ americanos em edição bilíngüe gentilmente traduzida para com o IBRAC pelo Dr. John Ferencz Mcnaughton aqui presente e também a transcrição deste evento, assim como a Resolução nº 1. Vamos então dar seqüência à segunda parte e eu passaria a palavra ao Dr. Ruy Coutinho para se pronunciar sobre as observações feitas na primeira parte.

Dr. Ruy Coutinho

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como prometi gostaria de enfocar aqui principalmente um ponto que considero importante, e que foi colocado aqui especialmente pelo Dr. José Del Chiaro. É um assunto sobre o qual eu já havia me proposto a falar hoje, porque é um assunto que está causando extrema preocupação ao CADE. Gostaria de dizer antes de mais nada, que embora tenhamos tido uma primeira

lei antitruste há mais de 30 anos, a lei 4137/62, que foi realmente uma lei primorosa sob o aspecto legislativo pela sua estrutura, pela sua própria densidade e também pela profundidade com que tratou o tema Defesa da Concorrência no Brasil. A realidade é que menos de dois anos depois, entramos num regime politicamente excepcional e a política de defesa da concorrência, como sabem bem os Srs., a partir daquela quadra deixou de ser um objetivo governamental, haja visto o espírito que presidiu a formulação, por exemplo, do primeiro e do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, primeiro e segundo PNDs, onde a conglomeração da economia passou a ser uma espécie de pedra angular nos programas econômicos governamentais, isso obviamente sem falar, o que já se fez aqui extensamente, sobre a existência do COFIE, do CIP, da própria política de crédito vigente aquela época. A liberalização da economia com a adoção de uma política concorrencial mais explícita propiciou ao contrário o surgimento de um elenco de diplomas legais e importantes. Pela ordem, o primeiro deles a Lei 8.137 de 90 que definiu os crimes contra à ordem tributária, à ordem econômica e as relações de consumo; a Lei 8.158 de 91, lei antitruste e reformulou alguns pontos da já referida Lei 4.137; o Código do Consumidor; e finalmente a lei 8.884 de 94, a nova lei antitruste. Obviamente que o que se pretende com todo esse aparato legal é a construção de uma ordem econômica fundada nos princípios da concorrência. É dentro deste espírito que a responsabilidade do CADE cresceu enormemente e tenho a absoluta certeza de que o CADE não será em nenhuma hipótese um órgão amorfo, um órgão omissivo. Digo isso porque, agora entrando na parte mais sincera da minha conversa, nós temos recebido notícias extremamente preocupantes de atos de concentração que se estão processando no Brasil e no exterior, que deveriam ser oficialmente informados ao CADE e isto não está acontecendo. A partir da própria Lei antitruste, prevê que a Comissão de Valores Imobiliários e o

Departamento Nacional de Registro de Comércio, através das suas Juntas Comerciais, parágrafo 10º do artigo 54, deverão informar ao CADE as operações. Além da previsão legal comunico aos Srs. que eu estou acionando também os órgãos de inteligência do Governo Federal, quero deixar isso bem claro, para que nos dêem essas informações de maneira bastante clara, bastante explícita, possivelmente uma listagem dessas empresas.

Eu devo informar também aos menos avisados que nós fazemos um follow-up através de jornais internacionais como o “Financial Times”, “Wall Street Journal”, etc, dos atos de concentração que estão se processando no exterior e que tenham reflexo no Brasil e portanto aqui deveriam ser avaliados, como prevê o próprio artigo 2º da lei antitruste. Informo também aos menos avisados e até aos mais avisados que nós vamos notificar essas empresas e instaurar processos administrativos via SDE, na forma do artigo 5º, do parágrafo 5º do artigo 54 da Lei 8.884. Para tanto nós estamos iniciando a elaboração também de uma regulamentação, via Resolução, do parágrafo 5º do artigo 54. A instauração do processo na forma do parágrafo 5º será informada ao Ministério Público para que este apure as responsabilidades destas empresas na forma do artigo 4º da Lei 8.137 de 90, que como eu já disse define os crimes contra à ordem econômica, tributária, etc. Portanto, é um assunto que terá desdobramentos, infelizmente, prevejo eu desagradáveis, devo esclarecer que a questão da omissão das informações às agências regulatórias foi um tema amplamente discutido em dois eventos aos quais o CADE esteve presente, o primeiro deles realizado em dezembro de 94 em Paris, num evento da OCDE onde o CADE foi representado pela Dra. Neide Malard e o último deles a Conferência do BUNDESKARTELLAMT há vinte dias atrás em Berlim ao qual eu estive presente pessoalmente. Em ambos os eventos, tanto a Dra. Neide quanto eu, acertamos uma ação coordenada com a Federal Trade Commission, com o BUNDESKARTELLAMT e com a própria

Comissão Européia, no sentido de um ampla troca de informações sobre os atos de concentração que estejam ocorrendo globalmente. E vamos exercitar plenamente os nossos poderes nesse campo.

Esta é a informação gostaria de trazer aos Srs. com todas as letras e de uma maneira muito sincera e eu acredito que eu tenha respondido a uma pergunta do Profº. Del Chiaro formulada no âmbito da sua fala, muito obrigado.

Dr. Laércio Farina

Gostaria de passar a palavra agora à Dra. Neide Malard, que se manifestará sobre a participação dos inscritos na primeira fase, por favor Dra. Neide.

Dra. Neide Teresinha Malard

Eu vou tentar responder as perguntas que me foram formuladas, compartilhando com os senhores a minha preocupação com algumas colocações que aqui foram feitas. Primeiramente, gostaria de dizer aos Senhores o que o CADE entende por ato de concentração, expressão que não está na lei. O artigo 54 fala em atos sob qualquer forma manifestados que possam limitar ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência. A Resolução nº1 disciplina o artigo 54. Portanto, não são apenas as fusões e incorporações que devem ser submetidas à apreciação do CADE, como também os atos, os acordos operacionais, os acordos entre acionistas e outros tantos, pois a concentração deve ser entendida "lato sensu". O que importa é o efeito do ato sobre o mercado, e não a sua forma. Os acordos entre acionistas, os acordos operacionais, os acordos entre dirigentes para

administração única de empresas, os acordos que importem administração conjunta ou adoção de estratégias semelhantes podem ser atos concentradores que afetam a concorrência e, na forma do artigo 54, devem ser submetidos à apreciação do CADE.

Esta Resolução busca atender as diversas situações concentracionistas. Nós não poderíamos fazer resoluções diferentes para mercados que tenham quatro concorrentes, cinco concorrentes, oito concorrentes, com participação de 5% ou de 50%. Seria impossível editar "n" resoluções. É certo que a apresentação da documentação tem uma forma mandatória. E nem poderia ser diferente, deixando-se a critério da empresa entregar o que quisesse. A grande maioria dos atos submetidos ao CADE é de notificações post facto, e não prévia. Acontece que, nesses casos, o domínio de mercado já ocorreu; os efeitos anticoncorrenciais já se fazem sentir no mercado. Se algum documento não puder ser entregue por alguma razão, deve ser dada uma explicação ao Conselheiro-Relator. Isso não significa que o Conselheiro vá abrir mão da documentação quando a empresa disser que é difícil obtê-la. Pode até ser difícil, mas não sendo impossível, deve ser apresentada, a não ser que o Conselheiro a julgue dispensável. Eu já tive um caso semelhante, em que me foi dito que o documento não estava no Brasil. Determinei que fosse buscado onde estivesse, pois era indispensável à aferição do controle efetivo. Se a empresa se recusar a mostrar ao CADE um documento necessário à análise, o Conselho pode obrigá-la a fazê-lo em juízo, pois o exame criterioso do ato já consumado, com possíveis prejuízos para o mercado, não vai deixar de ser feito porque a empresa não apresentou os documentos necessários. Se a operação ainda não se realizou, o problema é da empresa, pois ela não terá a autorização para celebrar o ato. Mas depois de realizada a transação, a apresentação de documentos é obrigatória. Nós pretendemos impor prazos para que estes documentos sejam apresentados.

Se, realmente ficar demonstrada a impossibilidade de se apresentar alguma informação, o CADE não criará dificuldades. Principalmente aquelas informações pertinentes às concorrentes, muito embora nós saibamos que, às vezes, os concorrentes sabem até mais do que a própria empresa. Eu já tive um caso em que as informações sobre os concorrentes me foram apresentadas, tendo eu perguntado como tinham sido obtidas. Responderam-me que se perguntava aqui e acolá. O certo é que a requerente sabia tudo que se passava com suas concorrentes. Quando solicitei as informações aos próprios concorrentes, a coincidência das respostas foi quase total. Então, não é verdade que as empresas nunca sabem o que está ocorrendo com suas concorrentes. Elas podem até dizer aos advogados que não pretendem informar certos dados, mas se o CADE os exigir, terão de fazê-lo. O mesmo ocorre em outros lugares, como na Comissão Européia e nos Estados Unidos. Se lá as grandes empresas multinacionais não se recusam a mostrar documentos ou fornecer informações, por que iriam se recusar aqui no Brasil? Se as empresas pensam que tal omissão não terá conseqüências, estão enganadas, pois a lei será cumprida em seus exatos termos, aplicando-se as penalidades cabíveis aos omissos.

É verdade que algumas informações podem ser flexibilizadas. Mas isso deve ficar a critério do Conselheiro na análise do caso concreto.

Outra questão que se colocou aqui foi a confidencialidade. Não creio que a capacidade ociosa seja informação confidencial. A capacidade ociosa pode constituir uma barreira à entrada de novas concorrentes. Uma empresa, por exemplo, que não esteja operando com sua capacidade total, em torno de 60%, está sinalizando para a concorrente potencial que, se ela entrar, os restantes 40% poderiam ser ativados. Como que uma situação que pode ser anticoncorrencial seria considerada confidencial? Nenhuma empresa se recusou até hoje a informar ao CADE a sua capacidade ociosa. Ademais, não

é necessário dizer qual é a capacidade ociosa, bastando informar qual é a capacidade instalada. Se sabemos quanto ela produziu, uma conta simples resolve o problema. Então, dizer que essa informação é confidencial é uma tolice.

Quando a Resolução nº 1 estava sendo elaborada, foi sugerido por um técnico que deveriam ser exigidos das requerentes os respectivos custos de produção. Eu quis saber sobre a utilidade de tal requisito em um ato de concentração. Responderam-me que o custo da empresa, segundo a teoria econômica, também seria uma barreira. Respondi que os custos constituem um instrumento fortíssimo para a competitividade e só devem ser examinados pelas autoridades da concorrência nos casos de conduta abusiva, em que se investiga o preço abusivo, o preço predatório ou as práticas de exclusão. O técnico observou, então, que a informação seria utilizada, quando preciso, em investigações futuras. Em primeiro lugar, não podemos partir do princípio de que a empresa vai delinquir, que vai abusar do poder econômico. Em segundo lugar, se tal ocorrer, a informação já poderá estar defasada. Então, não há motivo razoável para se saber os custos quando se examina um ato de concentração, a não ser que a concentração, altamente restritiva da concorrência, tenha como uma de suas principais eficiências a redução de custos. Como o ônus da prova recai sobre as requerentes, terão de demonstrar que os custos atuais serão significativamente reduzidos, prova que só será cabal se se compararem os custos atuais com as estimativas futuras.

Eu entendo que as informações sobre os custos da empresa, como fator preponderantemente concorrencial, são confidenciais, devendo ser requeridas apenas nas situações referidas.

É de se lembrar que o CADE entende que o processo instaurado por abuso de poder econômico tem de um lado o Poder Público e, do outro, o particular. Não há partes no sentido do processo judicial. É o Poder Público,

representando o interesse público, contra o representado. Então, o representante no CADE não tem direito a vista do processo. Ele apenas colabora, informando e dando conhecimento de tudo que está acontecendo no mercado. Mas não terá vista dos autos e acesso às investigações contra a representada, muitas vezes sua concorrente, pois poderia, depois, até usar as informações em processo judicial de seu interesse. Nós no CADE nos insurgimos muito contra o contencioso que se instaura na investigação, possibilitando ao representante ter vista de documentos do representado.

A questão da confidencialidade é muito complicada à medida em que estão envolvidos no processo três órgãos, dos quais dois são subordinados a autoridades do governo, que podem estar investigando uma determinada empresa por razões outras que não sejam concorrenciais, como infrações fiscais, por exemplo. No CADE a confidencialidade pode ser totalmente assegurada, pois os membros do Colegiado não estão sujeitos a pressões políticas e podem se recusar a prestar informações sobre os processos sob sua responsabilidade. Nos atos de concentração, por exemplo, as informações que dizem respeito a outras empresas são autuadas em separado. São informações confidenciais, às quais a outra parte não tem acesso. Nem as requerentes têm acesso às informações de suas concorrentes. Não é difícil assegurar a confidencialidade quando os documentos estão circulando em apenas um órgão, e apenas poucas pessoas as eles têm acesso.

Mas saibam os Senhores que esses documentos que estão sendo pedidos pelo CADE na Resolução nº 1 nada têm de confidenciais. Aliás, o quer for confidencial da empresa não nos tragam porque não queremos saber. Se quisermos, pediremos e asseguramos a confidencialidade..

O Prof. Tércio Sampaio Ferraz falou aqui sobre a questão da análise preliminar e a importância dessa análise para o interesse do mercado. Na verdade, o que se quer fazer com essa análise preliminar é abrir a

oportunidade de negociação com as empresas. Há quem afirme que os advogados são responsáveis pela instrução do pedido e que devem cumprir a lei, entregando toda a documentação. Mas eu pergunto: e se o advogado não cumprir a lei? Como é que fica o mercado? O mercado não é do advogado. O mercado é público; é o espaço da concorrência que nós temos de proteger. Então eu posso dizer ao advogado que volte e traga as informações, porque não é só o direito da empresa que está em jogo, pois o CADE não está protegendo A ou B, mas a concorrência. Há um interesse público em jogo, e é por conta desse interesse público que essa negociação foi aberta pela Resolução, porque, lamentavelmente, a lei foi omissa. A Lei nº 8.884/94, ao invés de corrigir os problemas das anteriores, trouxe outros mais. Um deles é a questão das isenções de que falou o Dr. Franceschini. Ocorre que o legislador, por descuido, ou até por ignorância, no sentido técnico da palavra, deixou de prever expressamente a possibilidade de isenção de alguns atos pelo CADE. Mas há uma competência genérica no inciso XVII do art.7º, que dá ao CADE poderes para responder consultas. Então, o que se pode fazer é aproveitar esse inciso para fazer uma regulamentação de atos de concentração - eu continuo chamando de atos de concentração, os acordos operacionais, franquias, etc. - mais simplificados, onde alguns documentos poderiam ser dispensados. Não seria propriamente um ato de isenção, pois a lei não deu competência ao CADE para tanto. Seria uma análise simplificada de determinados atos de concentração, como alguns tipos de exclusividade e outros tantos acordos que são importantes para que as empresas possam atingir certas eficiências. O CADE poderia fazer uma análise mais simples, dispensando uma boa parte desta documentação. Isto, porém, é algo que o Colegiado terá de ir fazendo aos poucos, de acordo com a experiência que for adquirindo, pois quando se procura regular uma nova lei exhaustivamente, inclusive as situações que jamais foram vivenciadas, a probabilidade de

desacertos é muito grande. Então, na verdade, o que se deve fazer é ir regulamentando aos poucos.

Há realmente a possibilidade de isentar boa parte desses documentos em algumas operações e há também a possibilidade de, durante a negociação com o Conselheiro-Relator, deixar de exibir alguns documentos, não porque sejam difíceis de serem obtidos, mas porque talvez sejam considerados desnecessários em determinado caso. Se forem considerados imprescindíveis à análise, deverão ser trazidos. A requerente pode até deixar de prestar uma informação que estiver em poder do concorrente. Neste caso, o CADE notificará o concorrente para trazer o documento ou a informação, que não poderá deixar de vir aos autos, por ser imprescindível à análise da situação ou do mercado.

Falou-se aqui, também, sobre questão do percentual de 5%, mencionado no inciso III do artigo 9º. Tal percentual é aleatório. Algum percentual teria de ser estabelecido. Na verdade, nós já vimos controle real em alguns casos de 9%, 8% e 7%, mas estabeleceu-se, aleatoriamente, o percentual de 5%. A lei fixou também um valor aleatório em termos de faturamento, assim como o percentual de 20% para caracterizar o poder de mercado. Pode, no entanto, existir controle com apenas 5% das ações, no caso de pulverização de acionistas.

Falou-se aqui, ainda, sobre a dificuldade que têm os empresários de entender a Resolução. Cabe aos Senhores, na qualidade de seus advogados ou assessores econômicos, explicar-lhes que se procede assim no mundo inteiro e que, daqui para frente, aqui no Brasil, vai ser assim. A questão de dificuldade é relativa. O que é difícil de entender, diante de uma boa explicação é facilmente compreendido. Eu confio na competência e habilidade dos Senhores nessa tarefa.

Além disso, há de ser dito que o CADE tem de cumprir a lei, e a análise criteriosa é a única maneira de fazê-lo. No entanto, se os empresários quiserem mudar o modelo, para que se adote no País uma política concentracionista, como já ocorreu num passado não muito distante, aí o problema não é do CADE, e, sim, do Poder Legislativo, que deverá mudar a lei.

Bem, eu acho que as principais questões já foram respondidas, à exceção do problema do Mercosul, que o Dr. Mauro Grinberg há pouco levantou. Perplexa também estou eu com a situação. Eu acho que a perplexidade não é só nossa. Há, de fato, no Mercosul, uma possibilidade muito grande das concentrações serem realizadas no Paraguai, onde até hoje não há lei. Quando houver, vai demorar algum tempo até que se instale a cultura concorrencial, até porque o país não dispõe de um parque industrial para formar essa cultura. Então, as empresas brasileiras poderão promover essas fusões lá no Paraguai. Mas quanto a isso, não teremos problema para reprimir os efeitos maléficos que aqui no Brasil poderão ser produzidos. Pode-se instaurar processo com base a teoria dos efeitos, consagrada em nosso direito antitruste.

Dr. Laércio Farina

Com os nossos agradecimentos, as sempre judiciosas palavras da Dra. Neide Malard, eu queria apenas uma observação passada agora a surpresa pela posição do Dr. Ruy Coutinho na tribuna e eu digo surpresa porque nós estamos acostumados nesses contatos entre os membros do CADE e do IBRAC, tratarmos normalmente as questões sobre o ponto de vista teórico, didático e de debate, o Dr. Ruy Coutinho hoje veio a tribuna colocar claramente a firme posição da nossa agência antitruste, uma posição de quem

pretende demonstrar e fazer conscientizar a classe empresarial que a nova legislação antitruste veio para ficar e a agência regulatória ou a agência antitruste, o nosso CADE está aí para fazer cumprir a lei. Vamos passar agora aos debates. Vou passar a palavra, em primeiro lugar, a Dra. Elizabeth Farina, por dois motivos, primeiro porque ela foi a primeira a se inscrever e segundo porque eu detesto dormir na sala

Dra. Elizabeth Farina

Bem, eu tenho algumas dúvidas, eu primeiro queria fazer uma observação, eu fiquei agradavelmente surpreendida, com este capítulo 3 sobre as informações. Acho que para um economista que trabalha com organização industrial e questões de concorrência, não poderia ter se feito melhor. Eu acho isso mostra um amadurecimento do CADE, uma procura de dar um embasamento técnico para aquilo que está sendo estabelecido em lei, e isso é muito positivo no meu entender. Entretanto eu gostaria de colocar algumas coisas que eu ainda me são poucos claras: a primeira coisa é ainda em relação as relações verticais, quer dizer, apesar de eu ter entendido claramente que a Dra. Neide falou que elas estão sob a égide do artigo 54, claramente toda essa relação de informações me parece mais pertinente à questões de relações horizontais, quer dizer, concentração, fusões de empresas concorrentes. Está se falando em aumentar a concentração num mercado determinado, se pensarmos em grau de concentração maior ou menor, genéricos que pouco tem de propriedade técnica, uma fusão vertical aumenta o grau de concentração geral na economia, porém ele pode não aumentar o grau de concentração de mercado de produto relevante. Como é tratado isso? Tem alguns itens aqui que claramente, estão relacionados a questão das fusões verticais, porém eu acho que eles atendem mais as questões de fusões

horizontais; e aí estou falando de fusões mesmo, podem ser atos de restrições verticais ou podem ser fusões mesmos, que não alteram as concentrações em nenhum dos dois mercados, porém tem efeitos a concorrência e pode ser que as empresas se quer pensem em levar ao CADE. Tá bom, não aumenta a concentração. Eu estou simplesmente trocando a propriedade, mas trocar a propriedade implica em alterar as relações de concorrência. Como é que é tratado isso? O segundo ponto que eu queria colocar é o seguinte: a Dra. Neide colocou a questão de que muitas empresas alegam em atos de fusão, a busca de competitividade internacional e que quanto maior, quer dizer, preciso crescer para ser competitivo no mercado internacional. Do ponto de vista meramente econômico ou de estratégia empresarial, eu posso crescer por fusão ou posso crescer por investimento interno. Penso que é mais do que explicar que ser grande é melhor no mercado internacional, é explicar que ser grande é ter que me fundir ao concorrente. Pode-se crescer de outras maneiras. Eu acho que visando as questões de concorrência, se exige mais do que dizer eu vou ganhar eficiência porque vou ser maior, mas porque que é essa a forma adequada de eu me tornar maior. Embora eu também concorde que não tem nada que ficar levantando os custos de empresas neste caso, tem algumas coisas no sentido de ganho de produtividade, que é uma das maneiras que eu posso justificar a minha fusão, por exemplo, que tenham a ver com ganhos de economia e escala e escopo, quer dizer, ganhos de custo mesmo, mostrar que a fusão vai ter maior eficiência. Como é que eu faço isso sem mostrar quais são esses ganhos de escala, de escopo, seja na produção, seja na distribuição, seja até no poder de negociação com fornecedores externos, por exemplo, que podem me levar a maior eficiência. Eu fico com dúvidas sobre como identificar isso. Só para completar eu queria dizer o seguinte: o que se exige da empresa, não tenho dúvida, eu acho que é mandatório, tem méritos, etc, mas não tenho dúvidas que um estudo setorial completo, traria maior

transparência e uma justiça de tratamento entre as empresas. Porém é uma coisa cara, não é fácil, não, para uma empresa fazer um levantamento desse, estudos setoriais costumam ser caros. Obrigado

Dr. Laércio Farina

É uma colocação, não uma pergunta. Então, Dra. Neide por gentileza.

Dra. Neide Teresinha Malard

A questão dos ganhos de produtividade é uma exigência que pode ser atendida alternativamente. Há outras que a empresa pode argüir. Se a empresa não for melhorar a qualidade dos produtos, ou se não pretende promover o desenvolvimento tecnológico, ou, ainda, se não objetiva propiciar qualquer outra eficiência que não seja o aumento de produtividade, então terá de abrir seus custos, provando a redução. É sobre ela que recai o ônus da prova. Se este é o seu único argumento para a concentração, então terá de prová-lo. Não se pode partir, porém, do princípio que este é o único argumento, porque, na verdade, não é. A empresa pode já ter custos baixos, dispondo-se a atingir outras eficiências. Talvez queira, por exemplo, alcançar um desenvolvimento tecnológico importante, que depende da tecnologia de uma concorrente. Suponhamos que o produto da concorrente pudesse ser aprimorado com o processo que ela detém, e que as duas se juntam para produzir em escalas muito maiores. O que a Senhora disse só vem reforçar o meu ponto de vista de que pedir os custos para as empresas, logo de início, não é necessário. Será necessário se os custos reduzidos forem o único

argumento oferecido para a concentração, devendo, então as requerentes provarem como os obterão, caso em que o CADE não precisará pedir, pois é de se pressupor que a demonstração acompanhará o requerimento.

Quanto às relações verticais, elas quase sempre são benéficas para a concorrência, porque almejam sempre ganhos de eficiência. Raramente, e é o caso das matérias-primas, a operação se torna relevante para a concorrência. A verticalização é benéfica até o ponto em que faz um ângulo reto, alcançando o concorrente. É o caso, por exemplo, da aquisição de fonte de matéria-prima. Em situações como esta, essas informações da Resolução nº 1 são importantes, até para se saber quais as outras opções que terá o concorrente. Ao entendimento de que a verticalização em geral é boa, e que ela só é prejudicial quando faz o ângulo reto, alcançando o plano horizontal, tem-se que a documentação exigida é muito importante e terá de ser examinada. Trata-se, porém, de uma daquelas situações em que a requerente deverá buscar o entendimento com o Conselheiro-Relator. Eu não vejo impedimento algum em se apresentarem alguns documentos, protestando, depois pela juntada da documentação complementar. É nessa ocasião que as requerentes deverão conversar com o Conselheiro a quem foi distribuído o processo e se informarem sobre a documentação que ele entende imprescindível à análise.

O Dr. Franceschini usou uma expressão muito interessante, a "listinha" que cada órgão vai elaborar. O CADE nada tem a ver com as "listinhas" dos outros órgãos. Aliás, essa Resolução foi feita para acabar com "listinhas", solicitando-se apenas documentos que interessam à questão em exame. A Resolução é, sem dúvida, a demonstração dos elementos que devem ser considerados pelo CADE na decisão. As "listinhas" tenderão a desaparecer, se é que elas vão existir depois da Resolução. Ademais, com a Resolução, o CADE poderá realizar o seu exame simultaneamente com os

outros órgãos. À medida em que a análise do CADE não exige documentos esdrúxulos das requerentes, não vejo como estes serão exigidos para a elaboração do parecer técnico.

Para finalizar, posso afirmar que a entrega da documentação pertinente às operações horizontais ou verticais admite negociação com o Conselheiro-Relator.

Dr. Ruy Coutinho

Uma mini intervenção, com relação as “listinhas” do Dr. Franchiscini, eu só diria o seguinte: eu recebi na sexta-feira uma minuta do secretário Aurelio Vander Bastos, Secretário de Direito Econômico, de uma portaria que deve estar baixando esta semana, que reproduz integralmente a lista de documentos exigidas pelo CADE.

Dr. José Del Chiaro

Eu queria fazer algumas considerações, esta Resolução do CADE, acredito eu, tenha como fundamento o poder legal que tenha o CADE de pedir informações para avaliar as consultas, inclusive, eu faço menção ao artigo 7º, inciso IX, da Lei 8884, que atribui competência legal ao plenário do CADE, para requisitar informações de quaisquer pessoas, órgãos, autoridades, entidades públicas ou privadas, respeitando e mantendo sigilo legal quando for o caso, bem como determinar as diligências que se fizerem necessárias ao exercício de suas funções, aqui eu faria algumas indagações, primeira, a cópia pura e simples, usando a definição do nosso colega Franchiscini, das “listinhas”, por parte do SDE ou outro órgão pressupõe por parte deles, idêntica competência para solicitar idênticas informações, a segunda questão

que eu gostaria de levantar, diz respeito também a como será balizado o sigilo legal e quais seriam as hipóteses em que seria o caso de entendê-lo como pertinente, isso seria em relação ao artigo 7º, outra questão que eu gostaria de reiterar, é aquela que diz respeito a distribuição dos processos aos conselheiros do CADE, quando um senhor conselheiro já estiver avaliando uma conduta ou um ato de concentração de uma das partes envolvidas na formulação daquela consulta. E finalmente, eu gostaria de um esclarecimento quanto ao artigo 23 na menção feita ao “dólar”, eu gostaria de saber qual o balizamento, o critério de dólar americano mas dólar compra, dólar venda, qual o parâmetro, dólar médio, dólar dia da operação, neste sentido eu acho importante uma informação também. Eu gostaria também de ressaltar uma ponderação da Dra. Elizabeth Farina, aliás oportuna como sempre, no sentido do custo de levantamento de algumas informações, é lógico que nem todas as empresas que estão fazendo a consulta tem o seu capital controlado por empresas do exterior, muitas vezes, empresas brasileiras podem estar tendo que lidar com o mercado internacional, e a informação quanto ao mercado internacional é de fato da maior importância, será que o próprio CADE justificada a razão, motivada, quer dizer não querendo desmerecer o caráter mandatório, teria condições de solicitar às agências de cartel, ou de controle da concorrência no exterior, informações detalhadas sobre esses mercados, no sentido de melhor balizar a informação, e até mesmo contribuir para com essas empresas, ainda não querendo em relação as informações solicitadas pelo artigo 10, eu acho que realmente demonstra a total coerência do que se solicita, e o CADE como bem disse a Dra. Neide não vai exigir uma obrigação impossível, uma comissão impossível, mas que também não deve se buscar através de uma simples e mera dificuldade querer dizer que aquela informação, aquele documento é impossível de ser localizado. Agora, ressaltar que nem todas as fontes de mercado são fontes que podem ter um critério de

balizamento real e verossímil, muitas entidades de classe devem informações para seus associados e com base nisso tem parâmetros e balizamentos, o grau de confiabilidade em tais informações pressupõe um certo questionamento, uma vez que não existe uma aferição, uma auditoria em cima daquelas informações colocadas, eu acho que são essas as colocações que eu gostaria de apresentar. Obrigada.

Dra. Neide Teresinha Malard

A questão do sigilo legal, conforme posta no inciso IX, decorre da própria lei. Sigilo legal, porém, não é o que a empresa acha que é sigiloso. A lei deve dizer qual é a matéria sigilosa.

No tocante à prevenção, entendo que é uma questão de conveniência e oportunidade. Estamos diante de um ato administrativo de controle das estruturas de mercado, não fazendo qualquer sentido distribuírem-se entre os conselheiros as concentrações que dizem respeito a um só grupo de empresas ou às operações pertinentes à reestruturação de determinado mercado. Creio que a tendência do CADE seria essa, até porque assim já foi decidido em um processo de conduta.

No tocante à taxa do dólar, deixo ao Dr. Ruy a explicação sobre o fato de não ter sido prevista a modalidade de conversão.

Quanto ao custo das informações, saibam os Senhores que nos Estados Unidos a notificação é paga e custa caro, cerca de 15 mil dólares. No Brasil é gratuita, e as empresas ainda se queixam que é caro obter as informações necessárias.

O ônus de prestar as informações é das requerentes e não pode ser transferido para o Poder Público. Advogo, por outro lado, que o Governo

deveria encaminhar um projeto de lei, criando uma taxa de serviço, pois, na verdade, a autorização é uma prestação de serviço que deve ser remunerada.

Precisamos acabar com essa visão do empresário "coitadinho", que terá custos adicionais ao pretender benefícios para o mercado. O CADE é o local de aprovação de grandes negócios, que não são realizados por "coitadinhos". Estes não precisam ir lá, pois não têm poder de mercado e não vão se concentrar. O que se espera das empresas é que se organizem na era da Internet, pois ninguém fará bons negócios se não estiver ligado com o mundo.

Isso vale, também, para os documentos oficiais, aqueles que dizem respeito à empresa, como as certidões passadas em outros países. Tais documentos devem ser traduzidos oficialmente, pois podem ser eventualmente levados ao Poder Judiciário. Ademais, os conselheiros não estão obrigados a dominar qualquer idioma estrangeiro. Quanto às demais informações, as próprias requerentes podem cuidar da tradução, declarando sua veracidade. Se a empresa está juntando documentos que comprovam suas informações e argumentos, é de seu interesse que sejam entendidos por aqueles que examinarão o caso. Se assim não for, estaremos recebendo documentos em japonês, chinês, etc..

Dr. Ruy Coutinho

O Dr. pergunta sobre a unidade monetária a ser utilizada nas informações, solicitada na Resolução. Será o dólar até 30 de junho de 94, nós tínhamos ainda imaginado colocar na própria Resolução, um maior detalhamento desta questão do dólar, mas por segurança, solicitamos a dois assessores nossos, provenientes do Banco Central, requisitados do Banco

Central e que estão ultimando hoje, segunda-feira, um documento com relação a uma forma mais segura de se fazer essas transição e eu asseguro aos Srs. que provavelmente na quarta-feira, eu já estarei enviando à imprensa nacional a Resolução nº 2/95 e que trará todos os esclarecimentos sobre a Resolução a esta transição.

Dr. Jorge

Eu tenho para mim que a importância do artigo 12 que foi ressaltada pelo Dr. Tércio. O artigo 12 da Resolução, introduz uma espécie de negociação. Esta negociação consiste basicamente em que o Conselheiro-Relator sinalize para as requerentes a cerca da viabilidade do seu pedido, indica que o pedido tem condições de ser atendido ou não. Nesse momento, se poderá também dizer sobre a documentação entregue. Observam que há um momento que se faz uma espécie de provocação das dificuldades ou dos acertos do pedido, isso é posto às partes de uma forma bastante clara e só a partir daí com esta sinalização do Conselheiro-Relator é que a Procuradoria irá se manifestar. Então, houve aí, uma espécie de invenção, e pronto que no processo administrativo, se estou lembrado, a Procuradoria se manifesta antes de todos, ao fazer publicar um parecer, e os procedimentos relativos ao ato de concentração, o Conselheiro-Relator dá a sinalização relativa ao processo, passando a seguir ao Procurador-Geral, é claro que nesse momento, poderá se falar a respeito da documentação, poderá se falar a respeito daquilo que foi sinalizado, mas basicamente o que vai importar à Procuradoria é o aspecto jurídico formal, era essa a observação que queria fazer.

Heitor Faro de Castro - Vicente Nogueira Advogados

Foi dito hoje aqui que a Resolução nº 1 vem de um reflexo, enfim de uma necessidade de um país estabelecer normas que se equivalam a um critério, a um conceito mundial, hoje, dessa necessidade, então, o Brasil, hoje, tem que se equipara a esse nível de exigência de investigação e preocupação com o mercado. Essa norma é muito recente, mas o primeiro impacto que ela tem trazido junto aos empresários, que a gente tem sentido é como o CADE se vê diante desta norma que ele próprio edita, no que tange a sua estrutura para digerir essa quantidade imensa de informações que vão despejadas sobre, enfim, para serem digeridas num curto espaço de tempo, a sua estrutura, digamos, operacional, realmente, para tocar esse assunto no mesmo plano e importância que se está dando hoje, no mundo. É esta a questão.

Dr. Ruy Coutinho

Realmente, este é um assunto importante e preocupante, como sabem os Sr. o CADE foi transformado em autarquia em junho do ano passado, durante o segundo semestre, nós elaboramos o quadro de funções gratificadas, etc, do pessoal do CADE que deveria ser enviado ao Congresso Nacional, ainda no decorrer do ano passado e esse quadro extremamente enxuto de apenas 96 pessoas, será disparadamente a autarquia mais enxuta, talvez da América Latina. Entregamos ao Presidente da República três versões do mesmo documento, um que poderia ser enviado via projeto de lei, segundo como medida provisória e uma terceira versão que implicava, aí numa ação, eu diria mais tática do que estratégica que seria a transferência para o CADE de funcionários que fizessem parte dos Ministérios que estavam sendo extintos, de órgãos que estavam sendo extintos, por exemplo, LBA, Ministério de Integração Regional, etc, o Presidente Itamar Franco no final do ano, achou por bem não enviar ao Congresso esse documento, por se tratar de

fim de governo, achando que politicamente seria uma atitude incorreta. Esse mesmo documento foi entregue ao Ministro Jobim, no início deste ano e está tendo um tratamento mais global, à vista também de uma mudança estrutural que se procede no próprio Ministério da Justiça e estamos trabalhando usando uma prerrogativa da própria lei antitruste, que permite ao CADE requisitar em caráter irrecusável, funcionários de qualquer órgão da estrutura da administração federal, com isso estamos conseguindo montar um quadro razoável de técnicos provenientes, por exemplo do Banco Central como já disse isso aqui há pouco, do Ministério da Indústria e o Comércio, do Ministério das Relações Exteriores, do Serpro, etc.. É com essa estrutura ainda pequena que nós estamos operando, esperamos ampliá-la também através deste instrumento, durante esses próximos meses, até que se possa obter do Congresso Nacional a aprovação do nosso quadro. Será obviamente, pelo menos no primeiro momento, uma estrutura extremamente enxuta se compararmos isso a centenas de advogados, de economistas que funcionam nas agências internacionais, realmente isso pode parecer ridículo.

Mas evidentemente num quadro de restrições orçamentarias e de toda forma, com o que vive o país, evidentemente não podemos entrar com um programa mais grandiloquente que poderia inclusive despertar reações adversas da própria sociedade.

Mas eu tenho muita esperança em que possamos montar esse quadro pequeno, porém eficiente nos próximos meses. Eu não sei se respondi a sua pergunta integralmente, muito obrigado.

Dr Jorge

Em adendo, eu gostaria de fazer um adendo as palavras do Dr. Ruy, para dizer que a regulamentação, ao invés de complicar, vai facilitar a análise

do fato econômico. Basicamente vai facilitar, porque você terá todos os indicadores para fazer uma análise precisa.

Dra. Neide Teresinha Malard

Vou complementar também.

Todas as informações constantes da Resolução nº 1 já são hoje exigidas pelo CADE. Quem acompanha atos de concentração no CADE sabe disso. Todavia, não seguem uma ordem metodológica que facilite o exame. Não é raro ter de ler todo o processo para encontrar uma informação sobre o produto relevante. Quando a informação não é encontrada, notifica-se a empresa para prestá-la, suspendendo-se o prazo.

A Resolução representa uma sistematização e uma metodologia de trabalho para as requerentes e para o CADE. Aqueles que nunca prepararam uma notificação, ao fazê-lo, pela primeira vez, verão que, se seguirem esta ordem, será fácil justificar as eficiências e fundamentar o pedido. O processo já chega pronto para ser analisado pelo CADE, sem se perder tempo à busca de documentos e informações em vários volumes, perdidas no meio de outras tantas informações que não têm a menor utilidade, mas que devem ser lidas até para se chegar a tal conclusão. Sem a análise criteriosa dos elementos aqui pedidos não se pode dizer que uma fusão, uma incorporação ou um ato de concentração atende os requisitos da lei.

Dr. Franchiscini

Cabe aqui um esclarecimento quanto à confidencialidade, pois persiste uma dúvida.

Não se pretende negar ao CADE qualquer informação por ele solicitada, porém, há informações, como o caso da capacidade ociosa por exemplo, que representam um segredo de negócio, protegido por sigilo legal. E, pelo que ouvi dizer, o CADE pretende manter este sigilo, preservando a confidencialidade dos processos relativos a atos de concentração. Porém, a Resolução 9/94 estabelece o caráter não confidencial de todos os processos. É então que indago se se pretende preservar essa confidencialidade, o que, inclusive, estimularia, de certa forma o empresariado a apresentar seus pedidos. Seria o caso, então, de se revogar esta Resolução e prever a confidencialidade, tal como entende o CADE, segundo esta nova Resolução.

Dra. Neide Teresinha Malard

A Resolução do CADE que se refere à confidencialidade decorre de uma consulta feita pelo Secretário de Direito Econômico quanto ao tratamento confidencial a ser dado a certa transação. Uma empresa queria que determinada operação fosse examinada em segredo pelo CADE. O Colegiado decidiu que esses atos teriam que ser públicos, pois a lei não dispunha sobre o exame sigiloso. Não me lembro de qualquer outra decisão do CADE, pelo menos na nossa gestão, sobre confidencialidade. Decidimos, naquele caso, que as empresas que quisessem submeter atos à aprovação do CADE deveriam fazê-lo na forma dos artigos 54 e 59, este último ainda em vigor à época da decisão.

D. Régis

Meu nome é Régis, sou advogado da Dinamarco e Rossi Advogados.

Ouvimos dizer que alguns fatores que garantem um sigilo nos processos que correm no CADE, um pequenos número de pessoas que tem acesso a eles, em razão do entendimento correto, no meu ponto de vista e que o representante não é parte e portanto não deve ter acesso a copias, e acesso aos próprios autos do instrumento. No entanto, uma vez o processo instruído e todas as informações, que no entendimento do empresariado deve ser mantido em sigilo, esteja dentro dos autos, essa empresa representada pode vir a fazer um compromisso de cessação e desse compromisso de cessação, o CADE costuma dar vista ao representante. Como fazer então, uma vez que as informações sigilosas já estão nos autos, o que nós estamos querendo aqui, mais uma vez, como ressaltou aqui, o colega Dr. Franceschini corretissimamente, não é negar informações ao órgão e sim impedir que essas informações caíam nas mãos do concorrente, isso também seria um fator de degeneração do processo competitivo, muito obrigado.

Dra. Neide Teresinha Malard

O Senhor está se referindo a um processo do qual sou relatora. Não dei vista do processo, e sim do acordo. Ninguém teve acesso ao processo. Os interessados tiveram acesso ao acordo celebrado, pois o compromisso de cessação envolve matéria de interesse público, não podendo ser transacionado às escondidas da sociedade. Na verdade, o CADE deve ser o único órgão do mundo que transige com o interesse público fora do Poder Judiciário, o que, na minha opinião, constitui um erro da lei. O Ministério Público só pode transigir judicialmente. A Federal Trade Commission faz o acordo também judicialmente. Se o acordo celebrado com o CADE não for colocado à

apreciação da sociedade, o Colegiado tem sobre si uma responsabilidade muito maior, pois o compromisso não visa proteger o concorrente, mas um interesse público, que é a concorrência.

Não se deu vista do processo no CADE, mas sim do documento do acordo às pessoas que manifestaram o interesse em vê-lo.

Na verdade, aos processos do CADE só têm acesso os representados, a não ser que haja uma determinação judicial para mostrá-lo a terceiros, caso em que o juiz será o responsável pelas informações sigilosas que o concorrente possa obter.

Os compromissos de cessação contêm informações extraídas dos autos, mas não são sigilosas.

Quanto ao compromisso de cessação celebrado sob a minha relatoria, asseguro a lisura dos procedimentos que a ele conduziram, que foram transparentes, adjetivo, aliás, que usei em meu despacho publicado no Diário Oficial. Encontra-se no CADE à disposição de quem quer que seja. Os autos, porém, só serão vistos pelas empresas representadas.

Dr. Carlos Alberto Maris

Carlos Alberto Maris, escritório de advocacia Goveia Vieira.

Antes da minha pergunta, eu gostaria de parabenizar o CADE pela brilhante atuação que vem desempenhando, que faz inclusive que nós estejamos aqui hoje presente, para tentar obter esclarecimentos e entendimento da lei.

Existe alguns órgãos, não órgãos, existe algumas empresas, alguns mercados que já são regulamentados pelo governo e que tenha órgãos específicos governamentais regulando eles. como é o caso dos Bancos, como é o caso das Seguradoras e outros mercados congêneres que também vem tendo algum tipo de inquietação pela atuação do CADE. Uma vez que apesar

de entenderem que não estão obrigados a ir consultar o CADE, no momento que faz uma fusão, uma incorporação, qualquer que seja, uma vez que existem órgãos setoriais específicos para essa finalidade, tem dúvida se o CADE poderia ir a frente, apesar de respaldada a suas alterações pelos órgãos governamentais específicos, poderia vir a ter a intervenção do CADE nesse tipo de fusão, incorporação ou quer que seja. Por exemplo não é fato, não irá ocorrer, mas digamos que um Banco Itaú viesse a ser incorporado pelo Bradesco e tivesse uma autorização do Banco Central para isso, existiria possibilidade do CADE intervir nesse processo, apesar de aprovado pelo Banco Central?

Dr Jorge

Há bem pouco tempo eu fiz publicar uma ementa de parecer, em que eu dizia que o CADE não tinha competência para se manifestar em processo relativos a tarifas a preço de público. Entende a Procuradoria que, onde o governo entra para determinar preço, não há mercado competitivo. O mesmo raciocínio se aplica a essas empresas, ou esse grupo de empresas, como os Bancos que tem regulamentação própria, empresas de seguros que são regulamentadas pela SUSEP, diversos setores da economia tem regulamentação específica. Essa regulamentação específica afasta a concorrência, não há concorrência nos setores, são os setores regulamentados, eu creio ter respondido.

Dr. Carlos Neri

Carlos Neri, advogado de São Paulo.

Eu queria aproveitar a chance de estar, por uma vez, na frente do legislador para entender a intenção dele. sobre uma coisa pequena vocabular talvez, mas que me preocupou ao ler a Resolução nº1.

Ao longe de toda ela a expressão utilizada é “as requerentes” por aí vai, aparecem praticamente em todo texto, eis que no artigo 18 ao falar na possibilidade de recurso o CADE usou a expressão “interessado”, eu sei que disse do interessado, se estivesse dito de interessado, eu estaria mais preocupado ainda, em todo caso, vou dar um exemplo concreto, para uma resposta imediata. Imaginemos uma situação de 5 empresas, ABCDE, AB querem se fundir a Resolução é positiva ou negativa, tanto faz, ela é publicada pode CD ou E, vir apresentar esse pedido de reapreciação, obrigado.

Dra. Neide Teresinha Malard

Foi erro do legislador. Dou a mão à palmatória. É evidente que se trata do requerente.

Dr. Laércio Farina

O Dr. Pedro Dutra tem uma pergunta.

Dr. Pedro Dutra

Não propriamente uma pergunta, mas duas observações. A primeira, a propósito da manifestação da Prof^ª. Elizabeth Farina, como sempre ilustrativa para o mundo jurídico, quando ela ponderou sobre a questão das fusões verticais. Lembraria o seguinte: o “Guidelines” baixado pelo FTC, em

1992, que, repito, é muito mais prolixo e confuso do que esse agora que estamos analisando, revogou o anterior, de 82, mas ressaltou o artigo 4º que trata de fusões e aquisições verticais; aliás, o título do “Guidelines” em vigor é “fusões e aquisições horizontais” Por quê tem ele esse título e por quê que ele incorporou, excluindo da revogação, o artigo 4º do “Guidelines” de 82? Porque as fusões verticais ocorrem em muito menor número, essa é a primeira razão. A segunda razão é como disse bem a Conselheira Neide, tais fusões não tem efeitos, em termos concorrenciais, a menos que se encontrem, em ângulo, com uma hipótese respectiva de concentração horizontal, porque do contrário não vai haver o desdobramento de efeitos para o plano da concorrência. Esse é o entendimento que vem sendo observado nos Estados Unidos, discutindo-se muito a inclusive a figura do “conglomerate merger”, que já houve na lei elaborada ao tempo do regime parlamentar, em 1962, a melhor lei a meu ver editada sobre matéria concorrencial, que tratava especificamente de compra de artigos e concentração acionária. A nova norma em vigor afastou essa possibilidade, justamente, porque nem sempre, quase nunca, ela projeta efeitos no plano concorrencial, a não ser como lembrou a Conselheira, quando há essa intercessão com uma conglomeração de natureza horizontal.

A segunda observação é a importância fundamental da capacidade de que o CADE tem de negociar no sentido estrito da palavra, no que diz respeito a documentação a ser apresentada pelas empresas no caso de ato de concentração. O Conselheiro-Relator, diz o artigo pertinente na Resolução, poderá apresentar um parecer. Eu espero que a prática substitua o sentido concessivo pelo sentido imperativo, isto é, o conselheiro deverá apresentar parecer, porque, na verdade, o controle do ato de concentração nasce do empenho do Conselheiro-Relator, ele é que é o “start” desse processo todo. E portanto a ele incumbe o papel de negociador, de efetuar essa negociação

preliminar na qual é avaliado se é devido ou não dispensar documentos que entenda não serem relevantes, ou em razão da natureza do ato sob exame, ou de ser difícil sua obtenção de alguns deles, ou ainda decidir se se trata de matéria confidencial, segundo os termos da Lei. Então, quanto à manifestação do relator entendo ser ela obrigatória e não concessiva, pois o papel do Conselheiro será fundamental para o exame do ato; mas, entendo, que, melhor do que ver estabelecida mais uma regra, de como o Conselheiro-Relator deverá agir, é confiar na discricção dos conselheiros, que ajam no sentido afirmativo, e assim a regra da obrigatoriedade do parecer vá se afirmando e pela prática se crie um “standard”. Essas são as observações que eu queria fazer.

Dra. Elizabeth Farina

Eu queria um esclarecimento a respeito da resposta que você deu sobre os setores regulamentados, eu não entendo bem porque um setor que tem regulamentação do governo ou qualquer regulamentação específica, está fora do âmbito de análise do CADE. Eu imagino que se Itaú, o Bradesco e mais algum outro Banco gigante quiser fazer uma fusão, - eu acho que se tem pouca concorrência por conta da regulamentação será que não precisarão apresentar para o CADE, os motivos dessa fusão? Eu entendo que sim, gostaria de entender que sim. Um outro ponto é, se a gente olha historicamente, a idéia de uma economia muito regulamentada, realmente se contrapõe a uma forte aplicação da defesa da concorrência. Em geral os órgãos de defesa da concorrência acabam perdendo a guerra para política industrial ativa e para economias extremamente regulamentadas. Eu acho que se a gente está num período de desregulamentação, de abertura comercial, de valorização dos instrumentos de mercado, como regra básica do jogo

econômico no Brasil, é a hora desse órgão se firmar e eu vejo com muito prazer que ele está se fazendo isto. Eu também acho que as regulamentações específicas, não tiram do CADE o seu poder ou até seu dever de enfrentá-las, se a regulamentação do Banco Central permite que dois bancos desse porte sejam fundidos, sem nenhuma outra explicação, há não ser que eles querem se fundir, eu acho que o CADE deveria falar alguma coisa. Concordo que não tem nada a ver com a tarifa, uma tarifa pública não é discussão do CADE, porque isso é um setor regulamentado, eu também não estou falando de regulamentação de monopólio natural, mais não me consta que o setor nem financeiro, quer dizer, nem o bancário, nem de seguro, sejam monopólios naturais. Acho que tem que passar pelo CADE sim, eu acho que a concorrência é boa, é eficiente e é alguma coisa que tem que se perseguir.

Só para lembrar setores que foram desregulamentados nos Estados Unidos e que num período onde o FTC, foi muito pouco bem cuidado, no Governo Reagan, por exemplo, acabou fazendo com que se revertesse vários dos ganhos da desregulamentação, que foi o aumento de números de empresas concorrentes intensificação da concorrência e um processo de fusão muito rápido, que reconcentrou esses setores e hoje o FTC é acusado disso, de omissão. Era isso que eu queria dizer.

Dr. Laércio Farina

Até parece ser um tema interessante para outro debate, a questão inclusive da legislação específica em função à legislação genérica e a sua projeção no tempo.

Estamos chegando ao fim e eu gostaria de passar a palavra ao Dr. José Del Chiaro que em nome do IBRAC deverá fazer o encerramento desse nosso encontro, no prazo improrrogável de 3 minutos, se fizer a gentileza.

Dr. José Del Chiaro

Dr. Ruy Coutinho, Dra. Neide, Dr. Jorge fica aqui o agradecimento do IBRAC e a todos os presentes pela participação, pela disposição de virem mais uma vez, se juntar ao setor privado, no sentido de ajudar a construir a doutrina da concorrência no Brasil, debatendo e discutindo cada um dos tópicos relativos a essa Resolução, Resolução essa que convém recordar. ela deve ser vista como um balizamento, como algo que vem dar celeridade ao processo e até mesmo sinalizar as empresas e aos advogados que estão dando assessoria a essa empresa, quanto as possibilidades ou não de uma aprovação do ato. Evidente que a análise completa do jeito que vem se fazer doravante, em razão das informações que estão definidas, poderão dar exatamente o enquadramento real da questão, até mesmo antes da colocação da consulta, até mesmo antes da realização do negócio, podendo inclusive orientar o empresário, quanto a forma de vir conduzir aquele seu negócio. Mais uma vez muito obrigado e parabéns pela decisão do colegiado do plenário do CADE, ao ter baixado a Resolução nº 1, muito obrigado.